



Caderno de Provas

ASSISTENTE SOCIAL

Edital Nº. 13/2013 – REITORIA/IFRN

03 de novembro de 2013

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Confira o cargo indicado no **Caderno de Provas** e, caso haja alguma discrepância do indicado em seu cartão de inscrição, informe imediatamente ao fiscal de sala.
- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva o seu nome completo e o número do seu documento de identificação nos espaços indicados nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e o tempo para preencher a **Folha de Respostas**.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** somente poderá ser levado depois de transcorridas 2 (duas) horas do início da aplicação da prova.
- Este **Caderno de Provas** contém 45 questões de múltipla escolha.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas uma opção correta.
- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos fiscais.
- Este **Caderno de Provas** é composto por 4 (quatro) provas todas com questões de múltipla escolha que são numeradas sequencialmente de acordo com a tabela a seguir.

<i>Prova</i>	<i>Número das questões</i>
Língua Portuguesa	1 a 10
Legislação – Lei nº 8.112/1990 e alterações posteriores	11 a 15
Informática Básica	16 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 45
Total de questões	45 questões

NOME COMPLETO:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA

AS RESPOSTAS DESTAS QUESTÕES DEVERÃO SER ASSINALADAS NA FOLHA DE RESPOSTAS DAS QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA.

LÍNGUA PORTUGUESA - NÍVEL SUPERIOR

Texto 1

Affonso & Mazzei



Disponível em: <http://paginaglobal.blogspot.com.br/2011_12_18_archive.html>. Acesso em 02 set. 2013.

1. De acordo como o Texto 1, é correto afirmar que
- o Presidente da República recomendará o ensino do Novo Acordo Ortográfico.
 - houve o reconhecimento da legalidade do Acordo Ortográfico pelo povo.
 - a educação do nosso país vai melhorar muito depois da aplicação do Novo Acordo Ortográfico.
 - as pessoas ainda precisarão aprender a escrever depois de aprovado o Novo Acordo Ortográfico.

Texto 2

Estudar o português é investir na carreira

por [Mariana Niederauer](#)

O domínio da língua portuguesa é determinante para a seleção no mercado de trabalho, mas as empresas têm encontrado dificuldades em recrutar profissionais que preencham esse pré-requisito. O uso de jargões corporativos que outros funcionários não entendem e até erros gramaticais básicos, como a grafia incorreta das palavras e a falta de coesão entre as frases, comprometem a comunicação e expõem profissionais desde o nível operacional até os cargos de gestão. Em tempos em que a troca de informações on-line virou rotina, torna-se essencial prestar atenção ao uso correto da norma culta. Vale, inclusive, participar de cursos de reciclagem para atualizar os conhecimentos.

Falhas no domínio do português prejudicam qualquer profissional, pois não são perceptíveis apenas na correção gramatical do texto escrito, podem comprometer, também, habilidades em outras áreas. A escritora e professora aposentada do Instituto de Letras da Universidade de Brasília Lucília Garcez afirma que a língua aprimora características cognitivas importantes, como a capacidade de fazer avaliações. "Tudo isso é construído no desenvolvimento da linguagem", explica.

Para a especialista, é somente por meio da leitura que se desenvolve essa habilidade. Ela sugere que os trabalhadores busquem jornais de grande circulação, revistas semanais e obras literárias, meios que usam a língua em sua possibilidade plena. Lucília lembra ainda que, sem o domínio do português, fica mais difícil aprender outro idioma.

A servidora pública Maria Abadia Silva, 49 anos, trabalha com a elaboração de pareceres e faz um curso de português para atualizar os conhecimentos. “A redação oficial tem de estar impecável, por isso, acho importante me reciclar”, diz. Ela possui três graduações no currículo e fala inglês. Mesmo assim, acredita que, por causa da evolução da língua, o aprendizado precisa ser constante. O principal objetivo da servidora é dominar o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Colega de Maria Abadia no curso, Jonas Ricardo Rossi Cardoso, 24 anos, atua em uma área que costuma ser lembrada por concentrar profissionais pouco capacitados na leitura e na escrita. Ele é bancário e trabalha com informática. O jovem relata que, ao longo da graduação, não teve aulas de língua portuguesa, já que o conteúdo não constava do currículo. Esse é um dos motivos que o fez buscar a reciclagem. Jonas conta que alguns amigos não compreendem sua motivação para ter voltado a estudar.

A editora de Opinião do Correio, Dad Squarisi, afirma que o domínio da língua portuguesa conta muito no recrutamento de candidatos. “Em geral, nos testes de conhecimentos técnicos, as pessoas se saem bem. O que define a seleção é a redação e o domínio da norma culta”, destaca. Dad explica que é preciso ter um texto bom e coerente. A mesma regra vale para a entrevista: saber expor com clareza e correção as ideias faz toda a diferença. Ela lembra que, por causa da Internet, a escrita passou a ser mais valorizada, já que tudo fica registrado no meio eletrônico. Por isso, o cuidado deve ser dobrado. “A redação profissional é o cartão de visita. Quando tem erros de grafia ou de acentuação, a pessoa está dando um atestado de que não tem domínio da língua.”

Escrever errado pode, inclusive, prejudicar o profissional em uma possível promoção. Ler muito — o que inclui gramáticas e o dicionário — e buscar cursos de português são as dicas para driblar o problema. Dad Squarisi ressalta que redigir bem não é questão de talento, nem dom divino, depende de treino. “Um bom texto é aquele que dá o recado: eu digo o que tenho que dizer e a pessoa entende o que eu quero que ela entenda. Para isso, tem que ser claro, preciso, conciso e sedutor, para que a pessoa embarque no meu texto”, conclui.

Disponível em: < http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/tf_carreira/2012/08/27/>.

Acesso em: 29 ago. 2013. Texto adaptado para fins de avaliação.

2. No trecho: “O uso de jargões corporativos que outros funcionários não entendem e até erros gramaticais básicos, como a grafia incorreta das palavras e a falta de coesão entre as frases, comprometem a comunicação e expõem profissionais desde o nível operacional até os cargos de gestão.”, a opção que melhor sintetiza o enunciado destacado sem alterar o seu significado é
 - A) A comunicação expõe os profissionais ao uso de jargões corporativos incompreensíveis e erros gramaticais rudimentares, o que compromete seus textos.
 - B) Por causa do uso de jargões corporativos incompreensíveis e de erros gramaticais básicos, a comunicação expõe os profissionais, e seus cargos ficam comprometidos.
 - C) O uso de termos técnicos incompreensíveis e todos os erros gramaticais, inclusive os básicos, comprometem e expõem os profissionais a todos os níveis de comunicação.
 - D) Os profissionais ficam expostos, e a comunicação é comprometida quando seus textos apresentam jargões incompreensíveis e erros gramaticais, mesmo os rudimentares.

3. No trecho: “Um bom texto é aquele que dá o recado: eu digo o que tenho que dizer e a pessoa entende o que eu quero que ela entenda. Para isso, tem que ser claro, preciso, conciso e sedutor, para que a pessoa embarque no meu texto”, o pronome sublinhado tem como referente
 - A) dizer o que tenho que dizer.
 - B) querer que ela entenda.
 - C) dar o recado.
 - D) ser sedutor.

4. No quinto parágrafo do Texto 2, é correto classificar sintaticamente, os termos **ao longo da graduação, de língua portuguesa e do currículo**, respectivamente, como
- complemento nominal, adjunto adverbial, adjunto adnominal.
 - sujeito, complemento nominal, adjunto adverbial.
 - adjunto adverbial, adjunto adnominal, objeto indireto.
 - objeto indireto, aposto, agente da passiva.
5. No trecho: “Colega de Maria Abadia no curso, Jonas Ricardo Rossi Cardoso, 24 anos, atua em uma área **que** costuma ser **lembrada** por concentrar **profissionais pouco** capacitados na leitura e na escrita.”, as palavras sublinhadas podem ser, respectivamente, classificadas morfológicamente como:
- conjunção, adjetivo, verbo, adjetivo.
 - partícula expletiva, adjetivo, advérbio.
 - pronome interrogativo, substantivo, adjetivo, adjetivo.
 - pronome relativo, verbo, substantivo, advérbio.
6. Releia o seguinte trecho presente no sexto parágrafo do Texto 2: “**Por isso**, o cuidado deve ser redobrado.”. Mantendo o padrão sintático-semântico original, o termo destacado pode ser substituído por
- No entanto.
 - Portanto.
 - Entretanto.
 - Pois.
7. No trecho: “Ela lembra que, por causa da Internet, a escrita passou a ser mais valorizada, já que tudo fica registrado no meio eletrônico.”, considerando o uso correto da pontuação e preservando as mesmas relações sintáticas e semânticas, assinale a opção que apresenta uma possibilidade de reescrita correta do trecho.
- Ela lembra que a escrita passou a ser mais valorizada por causa da Internet, já que tudo fica registrado no meio eletrônico.
 - Ela lembra que, já que tudo fica registrado no meio eletrônico, a escrita passou a ser mais valorizada, por causa da Internet.
 - Ela lembra que a escrita, passou a ser mais valorizada por causa da Internet, já que tudo fica registrado no meio eletrônico.
 - Ela lembra que já que tudo fica registrado no meio eletrônico, a escrita passou a ser mais valorizada por causa da Internet.
8. Leia e analise as assertivas a seguir:
- Em “um bom texto é **aquele que dá o recado**”, a expressão em destaque tem sentido literal.
 - Em “a redação profissional é o **cartão de visita**”, a expressão em destaque é uma metáfora.
 - Em “para a que a pessoa **embarque** no meu texto”, o verbo em destaque tem sentido conotativo.
 - Em “depende de treino”, o sujeito é “questão de talento”.
- As assertivas corretas são:
- I e II.
 - I e IV.
 - II e III.
 - III e IV.

9. A respeito da correspondência administrativa, considere as seguintes afirmativas.

- I. O ofício é uma correspondência interna, de caráter oficial, utilizada principalmente pelos órgãos de governo e autarquias.
- II. O memorando, de uso interno, tem como principal característica a agilidade, o que implica fazer despachos no próprio documento.
- III. O requerimento é um documento de solicitação, através do qual a pessoa física ou jurídica requer algo a que se tem direito ou se julga ter.
- IV. A declaração é um documento através do qual se concede um direito a um funcionário, a partir de um parecer de seu superior.

Está correto o que se afirma em

- A) II e III.
- B) I e IV.
- C) II e IV.
- D) I e III.

10. Sobre o relatório, considere as seguintes afirmativas.

- I. Deve ser redigido em uma linguagem objetiva, clara e concisa, sem omissão de dados importantes e acompanhado, sempre que necessário, de anexos.
- II. Deve obedecer a uma estrutura padrão de composição, independente da extensão do contexto e da natureza da atividade que o originou.
- III. Deve apresentar termos técnicos e expressões específicas da área do qual se origina, independente do tipo de destinatário para o qual foi escrito.
- IV. Deve conter todas as informações técnicas e ser escrito em linguagem informal.

Está correto o que se afirma em

- A) II e III.
- B) III e IV.
- C) I e IV.
- D) I e II.

LEGISLAÇÃO – LEI Nº 8.112/1990 E ALTERAÇÕES POSTERIORES - NÍVEL SUPERIOR

11. A Lei nº 8.112 de 1990 é conhecida como o Estatuto do Servidor Público Federal. Acerca dessa temática, é correto afirmar que

- A) a desistência durante o estágio probatório do novo cargo configura espécie de inabilitação que também dá ensejo à recondução a cargo federal anteriormente ocupado.
- B) a promoção interrompe o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data de publicação do ato que promover o servidor.
- C) em atenção ao princípio da dignidade da pessoa humana, é vedada qualquer ação voltada a promover o arresto, o sequestro ou a penhora sobre o vencimento, a remuneração e o provento dos servidores públicos.
- D) o servidor que opera direta e permanentemente com Raios X ou substâncias radioativas gozará 25 (vinte e cinco) dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida, em qualquer hipótese, a acumulação.

12. No que tange aos benefícios do Plano de Seguridade Social do Servidor previsto na Lei nº 8.112/90, marque a opção correta.

- A) O auxílio-natalidade é devido à servidora por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao seu vencimento, inclusive no caso de natimorto.
- B) O afastamento do cargo efetivo, sem remuneração, não acarreta a suspensão do pagamento do salário-família.
- C) O servidor terá direito à licença paternidade de 07 (sete) dias consecutivos pelo nascimento ou adoção de filhos.
- D) O auxílio-funeral é devido à família do servidor falecido, em valor equivalente a um mês de remuneração ou provento por cada cargo que ocupava.

13. Em conformidade com a Lei nº 8.112/90, marque a opção correta.

- A) O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.
- B) O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado; se estável, será reintegrado a outro cargo definido pela administração.
- C) São formas de vacância a exoneração, a aposentadoria, a reintegração, a promoção, a recondução, a readaptação, o falecimento, a demissão e a posse em outro cargo.
- D) Readaptação é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, independentemente de existência de cargo vago.

14. No que concerne às férias, é correto afirmar que

- A) no cálculo do seu adicional, a gratificação pelo exercício da função de direção, chefia ou assessoramento não será considerada, sendo pago um valor correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias.
- B) somente poderá ser interrompida por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.
- C) o servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de três períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.
- D) o servidor em usufruto de licença capacitação ou afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no País não fará jus às férias do exercício em que se der o seu retorno. Reiniciando o período aquisitivo no exercício seguinte.

15. Considerando o disposto na Lei nº 8.112/90 sobre licenças e afastamentos, analise os seguintes itens:

- I. Configura-se o instituto da cessão, quando o servidor passa a exercer suas atividades em outro órgão da Administração Federal, em razão do deslocamento de seu cônjuge, também servidor.
- II. O servidor investido em mandato eletivo ou classista não poderá ser removido ou redistribuído de ofício ou a pedido para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.
- III. O afastamento de servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere ocorrerá com perda total da remuneração.
- IV. Não existe no ordenamento jurídico vigente a possibilidade da concessão de afastamento parcial ao servidor que pretenda realizar curso de pós-graduação *stricto sensu* no país.

Está correto apenas o que se afirma nos itens

- A) I e III.
- B) I e II.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

INFORMÁTICA BÁSICA - NÍVEL SUPERIOR

16. O teclado é o periférico utilizado para a efetivação da entrada manual de dados baseados em texto no sistema. Esse periférico possui teclas identificadas por letras, números, símbolos e outras funções. Assinale a opção que apresenta a tecla do teclado do tipo ABNT2 que se deve pressionar para ativar a terceira alternativa de caractere do teclado.

- A) Alt Gr
- B) Scroll Lock
- C) Print Screen
- D) Alt

17. No sistema operacional Windows 7, o painel de controle representa um centro de controle e de configurações desse sistema. Em sua exibição por categoria, é possível alterar o teclado do computador através da configuração composta pelos itens

- A) Aparência e Personalização.
- B) Facilidades de Acesso.
- C) Relógio, Idioma e Região.
- D) Hardware e Sons.

18. Um software de Planilha Eletrônica é uma ferramenta utilizada, entre outras atividades, para realização e cálculos matemáticos de variados níveis de complexidade. Considere os dados mostrados na planilha Excel a seguir.

	A	B	C	D	E
1	8	16	4		
2					

O valor na célula D1, que contém a fórmula =A1+B1/C1^2, será igual

- A) 9
- B) 24
- C) 36
- D) 144

19. O PowerPoint 2010, assim como versões anteriores, disponibiliza um conjunto de ferramentas que proporcionam edição e exibição de apresentações gráficas, através de processamento de texto, modelos, desenhos, assistentes, tabelas e diversos outros tipos de recursos. Uma dessas ferramentas denomina-se SmartArt e tem como propósito

- A) dar suporte a vários tipos de gráficos, tais como linha, barra, pizza, entre outros, para ajudar a exibir dados de maneira que sejam significativas.
- B) inserir um elemento ilustrativo para comunicar informações visuais através de organogramas, listas, ciclos, entre outros formatos.
- C) auxiliar a adição de uma forma ou combinar várias formas para fazer um desenho ou uma forma mais complexa, através da utilização de linhas, formas geométricas básicas, setas, formas de equação, entre outras.
- D) fornecer uma galeria de estilos de texto onde é possível criar efeitos decorativos, como texto sombreado ou espelhado (refletido).

20. O sistema operacional Windows recebe este nome, por ser baseado em recursos que são disponibilizados dentro de áreas de trabalho denominadas janelas. No Windows 7, um destes recursos é o “Aero Flip 3D”, que é o modo tridimensional de seleção das janelas abertas conseguido através da combinação das teclas de atalho descritas na opção
- A) Win Key + Tab
 - B) Alt + Tab
 - C) Shift + Tab
 - D) Ctrl + Tab

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Segundo Santos (cf. Serviço Social na Educação: teoria e prática, 2012), o exercício da profissão de Assistente Social, junto à implementação de uma política educacional, está associado ao atendimento de uma educação integral, viabilizada no ambiente escolar a partir de
- A) pesquisas, programas e relatórios.
 - B) campanhas, orientações e serviços.
 - C) serviços, projetos e programas.
 - D) estágios, projetos e planos.
22. O Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes. Isso ocorre por meio da realização de
- A) parecer jurídico.
 - B) diagnóstico social.
 - C) visita domiciliar.
 - D) termo de acordo.
23. Em conformidade com o que estabelece a Constituição Federal Brasileira de 1988, um dos objetivos da assistência social é
- A) a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.
 - B) a garantia de um salário mínimo de benefício mensal ao trabalhador em situação de desemprego.
 - C) a promoção da integração ao mercado de trabalho.
 - D) a habilitação e a reabilitação dos idosos e a promoção da sua integração à vida comunitária.
24. Na perspectiva da garantia de direitos já conquistados e na concretização da cidadania, o direito à educação, ao acesso e à permanência escolar tem sido garantido, reiteradamente, em aportes legais como
- A) Código Civil, Constituição Federal Brasileira de 1988 e Jurisprudência.
 - B) Protocolos internacionais, Estatuto da Criança e Adolescente e Lei Orgânica da Assistência Social.
 - C) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Doutrina Jurídica e Código de Ética do Assistente Social.
 - D) Constituição Federal Brasileira de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

25. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) estabelece que a Assistência Social é uma política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. De acordo com esse marco legal, constitui um dos objetivos da Assistência Social
- A) a vigilância socioassistencial, que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos.
 - B) a defesa do cumprimento de deveres, para garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.
 - C) a luta pela igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
 - D) a responsabilidade pela condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
26. Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), entende-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e que são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de
- A) infância, morte, pobreza total e risco social.
 - B) envelhecimento, situações de vulnerabilidade constante, situação de risco e de doença.
 - C) adolescência, inundações, aposentadoria por invalidez e catástrofes naturais.
 - D) nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.
27. Instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) integra a Política Nacional de Assistência Social. O Peti, desenvolvido de forma articulada pelos entes federados, com a participação da sociedade civil, tem como objetivo contribuir para a retirada de crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho com idade
- A) inferior a 12 (doze) anos, salvo na condição de aprendiz.
 - B) acima de 17 (dezesete) anos, em condição de aprendiz.
 - C) acima de 18 (dezoito) anos, mesmo em condição de aprendiz.
 - D) inferior a 16 (dezesesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz.
28. Dada uma situação em que um determinado aluno do ensino fundamental tem faltado constantemente às aulas, sem qualquer justificativa, uma vez que o estabelecimento de ensino esgotou todos os recursos escolares para resolver o problema, constitui obrigação do dirigente da Escola, conforme o artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente, comunicar o fato ao
- A) Ministério Público.
 - B) Juiz da Vara da Infância e Juventude.
 - C) Conselho Tutelar.
 - D) Defensor Público.
29. Ao perceber que uma aluna de 14 anos de idade havia sofrido maus-tratos, sendo o possível autor das agressões o próprio pai da garota, a professora formalizou a denúncia ao Órgão competente, que requereu medida judicial. Segundo o artigo 130 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsáveis, o juiz poderá determinar como medida cautelar
- A) o afastamento do agressor da moradia comum.
 - B) a perda da guarda da criança.
 - C) a suspensão ou destituição do poder familiar.
 - D) a prisão.

30. Segundo o artigo 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente, entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que prevalecem, sobre o aspecto produtivo do educando, as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento
- A) social e profissional.
 - B) pessoal e social.
 - C) educacional e pessoal.
 - D) emocional e laboral.
31. As medidas socioeducativas de cunho educativo poderão ser aplicadas ao adolescente, por autoridade competente, quando verificada a prática de ato infracional. Em se tratando de uma infração que provoque danos patrimoniais, a medida a ser aplicada será
- A) a prestação de serviço à comunidade.
 - B) a advertência.
 - C) a obrigação de reparar o dano.
 - D) a liberdade assistida.
32. As penalidades previstas aos assistentes sociais que descumprirem os preceitos da Lei nº 8.662/1993 serão aplicadas pelo
- A) Conselho Federal de Serviço Social.
 - B) Conselho Fiscal.
 - C) Conselho Regional de Serviço Social.
 - D) Conselho de Ética.
33. De acordo com a Lei nº 8.662/1993, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Assistente Social, constitui uma das competências do Assistente Social
- A) fiscalizar a aplicação dos recursos alocados para as políticas sociais, a fim de garantir o atendimento à demanda social de organismos privados.
 - B) realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.
 - C) desenvolver pesquisas mercadológicas visando subsidiar análise socioeconômica para fins de equiparação na concessão de benefícios.
 - D) zelar pela aplicação das sanções previstas no Código de Ética Profissional nas situações específicas do seu campo de atuação.
34. Ao analisar a profissão nos tempos atuais, Iamamoto (cf. O Serviço social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional, 2004) defende que tratar o Serviço Social como trabalho supõe
- A) acabar com a visão endógena e focalista do Serviço Social, que o aprisiona em seus muros internos.
 - B) entender a profissão hoje como um tipo de trabalho na sociedade, ou seja, afirmar o Serviço Social como uma especialização do trabalho.
 - C) romper com uma visão rotineira, reiterativa e burocrática do Serviço Social, que o impede de vislumbrar possibilidades inovadoras para sua ação.
 - D) privilegiar a produção e a reprodução da vida social, como determinantes na constituição da materialidade e da subjetividade das classes que vivem do trabalho.

35. Em busca da consolidação do projeto ético-político do Serviço Social na contemporaneidade, Iamamoto (cf. O Serviço social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional, 2004) afirma que reconhecer a liberdade como valor ético central implica
- A) afirmar a prática política da democracia nas várias dimensões da vida em sociedade no horizonte de aprofundamentos dos princípios democráticos.
 - B) desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas.
 - C) ampliar os direitos inerentes à condição de cidadania, assim como as possibilidades de universalização da democracia, irradiada para as múltiplas esferas e dimensões da sociabilidade dos sujeitos sociais.
 - D) materializar os princípios éticos no cotidiano do trabalho profissional, evitando que se transformem em indicativos abstratos, descolados do processo social.
36. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, em seu Artigo 70, estabelece que serão consideradas despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis. Assinale a opção que compreende uma dessas despesas.
- A) Programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social.
 - B) Subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural.
 - C) Levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino.
 - D) Obras de infraestrutura, ainda que sejam realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar.
37. De acordo com o artigo 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, a Educação Básica é formada por
- A) ensino fundamental, ensino médio e educação superior.
 - B) educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.
 - C) educação infantil, ensino fundamental e educação profissional e tecnológica.
 - D) ensino fundamental e ensino médio e educação profissional e tecnológica.

**O Código de Ética Profissional do Assistente Social, instituído em 1993,
indica um rumo ético-político para o exercício profissional.
Tendo como referência esse Código, responda às questões 38 a 40.**

38. Constitui um dos princípios fundamentais no código de ética da profissão
- A) a democratização das informações e do acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários.
 - B) a liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.
 - C) o empenho na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através de programas e políticas sociais.
 - D) o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

39. Analise as afirmativas a seguir no que diz respeito ao que constitui direito do Assistente Social.

- I. Denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os usuários ou profissionais.
- II. Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor.
- III. Participar da elaboração e gerenciamento das políticas sociais e da formulação e implantação de programas sociais.
- IV. Apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e III.
- B) III e IV.
- C) II e IV.
- D) I e II.

40. Julgue as afirmativas a seguir de acordo com o Código de Ética Profissional.

- I. O emprego com transparência das verbas sob a responsabilidade do Assistente Social, conforme os interesses e as necessidades coletivas dos usuários, constitui um dos deveres do Assistente Social.
- II. A revelação do sigilo profissional será feita quando se tratar de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiro e da coletividade.
- III. A execução das decisões proferidas nos processos disciplinares cabe ao Conselho Regional.
- IV. A defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida, constitui um dos deveres do Assistente Social.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) I e IV.

41. O artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, trata dos princípios segundo os quais o ensino deverá ser ministrado. A esse respeito analise as afirmativas a seguir.

- I. Educação infantil, em creche e pré-escola, para crianças até 5 (cinco) anos de idade.
- II. Acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não concluíram em idade própria.
- III. Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.
- IV. Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

Constituem-se em princípios o que se afirma em

- A) II e III.
- B) I e II.
- C) I e IV.
- D) III e IV.

42. No que concerne ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), analise as afirmativas abaixo e coloque “V” para verdadeiro e “F” para falso.

()	O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando atender aos estudantes de cursos de graduação presenciais das instituições federais de ensino.
()	Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos Artigos 2º e 4º.
()	Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e na conclusão da educação superior constitui um dos princípios do PNAES.
()	Serão atendidos no âmbito do PNAES, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar de até um salário mínimo e meio.

Assinale a opção que indica a sequência correta.

- A) V, F, F, F.
- B) F, F, V, V.
- C) F, V, F, F.
- D) V, F, F, V.

As questões 43 a 45 remetem à Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS).

43. Conforme estabelecido pela NOB/SUAS, constitui responsabilidade comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios
- A) viabilizar estratégias e mecanismos de organização, reconhecendo o pertencimento das entidades de assistência social como integrantes da rede socioassistencial em âmbito local.
 - B) aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados.
 - C) estabelecer prioridades e metas visando à prevenção e ao enfrentamento da pobreza, da desigualdade, das vulnerabilidades e dos riscos sociais.
 - D) cofinanciar, por meio de transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo, os serviços, programas, projetos e benefícios eventuais.
44. O cofinanciamento na gestão compartilhada do SUAS tem por pressuposto
- A) o atendimento das prioridades nacionais e estaduais pactuadas.
 - B) o apoio técnico e financeiro para a prestação de serviços, programas e projetos em âmbito local e regional.
 - C) o estabelecimento de pisos para os serviços socioassistenciais e de incentivos para a gestão.
 - D) a cobertura equalizada e universalizada dos serviços socioassistenciais.
45. Constitui um dos princípios éticos para a oferta da proteção socioassistencial no SUAS
- A) o respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando quem estiver em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.
 - B) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania.
 - C) a integração da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais.
 - D) o respeito à pluralidade e à diversidade cultural, socioeconômica, política e religiosa.